



Recebido em:
05/08/2017
Aprovado em:
06/08/2017
Editor Respo.: Veleida
Anahi
Bernard Charlort
Método de Avaliação:
Double Blind Review
E-ISSN:1982-3657
Doi:

A EDUCOMUNICAÇÃO COMO PROPOSTA DE INTERVENÇÃO SOCIOEDUCATIVA NA PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

GILSON ARÃO JÚLIO NETO
EDMARCUS CARVALHO NOVAES
ANA CRISTINA MARQUES LEMOS

EIXO: 14. TECNOLOGIA, MÍDIAS E EDUCAÇÃO

RESUMO

O presente artigo possui o objetivo de apontar como os processos educacionais no sistema de privação de liberdade podem contribuir na formação escolar de jovens acatados e em suas relações interpessoais. Por sua vez os jovens em privação de liberdade apresentam dificuldade nos processos comunicativos, entre eles e a instituição. Desta forma, trata-se de pesquisa de revisão bibliográfica (FREIRE, 1983, 1984; SOARES, 2010; DAYRELL 2003; 2007) e de campo, a partir de registros em diários de bordo. Os resultados apontam a necessidade de uma intervenção educacional com os jovens acatados, utilizando-se de oficinas de autoimagem, bem como de recursos midiáticos na prática pedagógica docente que existe no processo de ressocialização.

Palavras chave: Intervenção Socioeducativa, Educação, Privação de Liberdade.

ABSTRACT

This article aims to point out how the educative in the system of freedom deprivation can contribute to the school education of the safeguarded youngsters and their interpersonal relationships. In turn, the youngsters in freedom deprivation present difficulty in the communicative processes, among themselves and the institution. Thus, this is a bibliographic review research (FREIRE, 1983, 1984; SOARES, 2010; DAYRELL 2003; 2007), as it is a field one, on the basis of logbook registries. The results point to the need of an educative intervention with the safeguarded youngsters, making use of self-image workshops, as well as media resources in the pedagogic practice that exists in the process of resocialization.

Keywords: Intervention, Socio-educational, Education, Freedom Deprivation

INTRODUÇÃO

Este estudo está vinculado ao projeto de pesquisa e extensão: “Juventude, Educação e Direito: ação de intervenção em um Centro Socioeducativo” (NONATO, 2014)[1] desenvolvido pela Universidade Vale do Rio Doce, com financiamento pela FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais, e tem por campo de pesquisa a Unidade Socioeducativa existente na cidade de Governador Valadares/MG. A referida instituição existe há 10 anos e tem capacidade para o acatamento de 80 jovens[2] em regime de internação. O projeto de pesquisa realiza intervenções com os sujeitos da pesquisa há mais de dois anos, por meio de oficinas tendo como critério de seleção dos participantes a escolha daqueles jovens cujas medidas de privação de liberdade encontram-se próximas de seus

términos. Por meio do planejamento de tais oficinas são trabalhadas temáticas diversas, tais como a necessidade do protagonismo juvenil, aspectos da liderança, constituição das identidades e valorização da vida.

Recentemente, no ano de 2016, foi elaborado o Plano Decenal de Medidas Socioeducativas em Governador Valadares, com o objetivo de fortalecê-las, "(...) de acordo com as demandas identificadas no Diagnóstico das Medidas Socioeducativas e nos debates realizados nas reuniões da Comissão Intersectorial" (PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR VALADARES, 2016, p.17)

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), realizou uma pesquisa (2017), cujo resultado apontou que o município de Governador Valadares, localizado no leste mineiro, ocupa um *ranking* a quinta posição entre as cidades com maior índice de violência no Estado de Minas Gerais, envolvendo jovens de 16 a 29 anos.

Diante deste cenário, o presente artigo vislumbra a importância da educação no processo de ressocialização de jovens que já se encontram no cumprimento das medidas socioeducativas, em decorrência do cometimento de atos infracionais. Tomamos como problema de pesquisa a premissa de que os jovens acautelados apresentam dificuldades em seus processos comunicativos, tanto entre seus pares, como em relação à equipe gestora da instituição, o que implica em prejuízos nos resultados da medida ressocializadora.

Neste sentido, acreditamos que a intervenção socioeducativa com cunho educativopossibilitará uma melhor interação entre os acautelados e a instituição, e amenizará os conflitos no ambiente socioeducativo, além de potencializar os jovens em suas habilidades escolares.

Enquanto metodologia, trata-se de revisão bibliográfica, ao utilizarmos autores como Freire (1983; 1984), Soares(2010; 2014) e Dayrell (2003; 2007), e pesquisa de campo a partir de registros de diário de bordo em razão de visitas realizadas na instituição Socioeducativa, com finalidade de planejamento das atividades extensionistas propostas.

Assim, o presente trabalho encontra-se organizado em três seções: na primeira, discutimos os conceitos, propostas, algumas diretrizes técnicas da educação, bem como apontamos casos que obtiveram êxito com sua utilização; na segunda, avaliamos como este conceito pode contribuir na formação escolar dos jovens acautelados, visto que o ECA (1990) determina a garantia do direito a educação ao jovem em privação de liberdade por meio do processo de ressocialização. Por fim, na terceira seção, discorremos sobre as relações interpessoais destes jovens, bem como sugerimos algumas oficinas de cunho educativo como mecanismo para a melhoria dos relacionamentos juvenis com vistas à redução de conflitos entre estes e a instituição.

AFINAL, O QUE É EDUCAÇÃO

A educação é um conceito recente, que surge no final da década de noventa, a partir do desenvolvimento de pesquisas por professores e jornalistas do Núcleo de Comunicação e Educação (NCE) da Universidade de São Paulo (USP), e que aproxima relações da comunicação com a educação; assim, possibilita inovação na metodologia pedagógica das instituições de ensino com utilização de recursos tecnológicos, e a partir do uso de técnicas da comunicação na aprendizagem através de meios de mídia.

Numa concepção ampliada, Soares (2014) define a educação como sendo o

(...) conjunto das ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos destinados a criar e a fortalecer "ecossistemas comunicativos", qualificados como abertos e participativos, garantidos por uma gestão democrática dos processos de comunicação nos diferentes ambientes de relacionamento humano (envolvendo, no caso, em igualdade de condições, a comunidade como um todo, seja ela educativa ou comunicativa); ampliar o potencial comunicativo e as condições de expressividade dos indivíduos e grupos humanos, mediante práticas culturais e artísticas, assim como através do uso dos recursos disponibilizados pela era da informação, tendo como meta prioritária o reconhecimento do protagonismo infantojuvenil; favorecer Projetos

de intervenção em educomunicação - referenciais e metodologias que permitam às comunidades humanas relacionarem-se, enquanto sujeitos sociais, com o sistema midiático (SOARES, 2014, p. 17)

Esta aproximação entre as respectivas áreas possibilita o diálogo entre comunicadores e educadores, cujo objetivo é o compartilhamento de conhecimento e experiências que contribuem para desenvolvimento de estudos acerca da temática. Desta forma, podemos pensar que esta aproximação não acontece de maneira inócua, uma vez que a educação vivencia novas realidades, muitas vezes conturbada, devido a influência da evolução tecnológica dos meios de comunicação, acessíveis, sobretudo, aos alunos.

Através desta aproximação é possível analisar se existem instrumentais que possam interligar as respectivas áreas, conforme reflete Fígaro (2000): "(...) esse estreitamento entre comunicação e educação permite repensar se estão disponíveis instrumentais analíticos e teóricos adequados para a prática diária de comunicadores e educadores." (FÍGARO, 2000, p. 41).

Analisando a realidade vivenciada pela escola com a influência da sociedade da informação atualmente, é possível entender a importância da utilização dos meios de comunicação na educação. No Brasil, já na Lei Federal nº 9.394/1996 determinava-se as diretrizes e bases da educação nacional compreendendo a necessidade da expansão do ensino para além do ambiente educacional. Neste contexto, Lima (2011) aponta que a educação possui um campo amplo, e por este motivo acredita que esta

(...) não se limita somente a escola [...] é um campo amplo e encontra-se em processo na família, nas relações sociais, no trabalho, na sociedade, na cultura e nos meios de comunicação inseridos nesses ambientes. (LIMA, 2011, p. 54).

Com o advento da WEB 2.0[3], seus adeptos reformularam suas formas de comunicação procurando adaptá-las a este novo cenário, o que evidencia a mudança de comportamento desses sujeitos quando estão conectados nas redes sociais por meio de *smartphones*, ouvindo músicas, enviando mensagens, praticando jogos. Por outro lado, esta situação torna-se um (novo) desafio aos educadores em razão de seu uso durante atividades executadas no contexto escolar, o que impõe a necessidade de se refletir sobre as relações sociais e as práticas pedagógicas que existiam antes do surgimento destas novas formas de comunicação.

Mesmo com características peculiares, a educação e a comunicação possuem interfaces bastante afins, o que já era reconhecido por educadores no século XX, tais como Célestin Freinet (1920) e Paulo Freire (1983). Para o último, a comunicação existe através do diálogo, uma vez que, segundo o autor, "(...) o que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar comunicando-se, é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo." (FREIRE, 1983, p. 67).

Freire, ainda ao analisar os processos da comunicação, desta vez inserida no âmbito educacional, propõe que os sujeitos interlocutores da educação e da comunicação estão em busca de sentidos, e portanto, "(...) a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores, que buscam a significação dos significados." (FREIRE, 1983, p.69).

Freire ainda se destaca em seus estudos ao refletir sobre a sociedade da informação vivenciada pelos indivíduos. Mesmo não sendo contemporâneo a nossa atual realidade, Freire superava as questões temporais, quando se debruçava acerca dos meios de comunicação, procurando repensá-los com efeito sobre as práticas educativas pedagógicas. Ao manifestar seu pensamento, no sentido da escola dialogar com os meios de comunicação, e assim não sendo omissa às transformações tecnológicas da sociedade, o autor argumenta:

(...) Então, para mim, a questão que se coloca não era o fim da escola, a morte da escola. Para mim, é a demanda de uma escola que estivesse à altura das novas exigências sociais, históricas, que a gente experimenta. Uma escola que não tivesse, inclusive, medo nenhum de dialogar com os chamados meios de comunicação. Uma escola sem medo de conviver

com eles, chegando mesmo até, risonhamente, a dizer: “Vem cá, televisão, me ajuda! Me ajuda a ensinar, me ajuda a aprender!”, não Assim, essa escola necessariamente se renovaria, com a presença desses instrumentos comunicantes que a gente tem aí, e poderia também ajudar até a tarefa dos meios de comunicação. (FREIRE; GUIMARÃES, 1984, p.24-25).

No entanto, a prática da docência permite perceber que muitas escolas brasileiras, por diversos motivos, ainda não repensaram(ou não executam) suas práticas pedagógicas considerando este cenário da sociedade da informação; algumas ainda utilizam o tradicional quadro verde, giz, as carteiras e as paredes das salas de aula. Não que esse método seja errado; o que se indaga são recursos que disponíveis para repensar o método de ensino e não são utilizados, e desta forma, tais alunos não são inseridos no próprio ecossistema comunicativo em que já fazem parte em outros ambientes em que vivem para além da escola.

Segundo Soares (2010), para que uma prática educ comunicativa tenha êxito se faz necessário planejamento, pesquisas, implementação e uma avaliação assídua dos processos que visam fortalecer esses ecossistemas comunicativos no ambiente educacional.

Numa escola da rede estadual de ensino em Governador Valadares (MG)[4] um professor que leciona a disciplina de linguagens realizou a criação de um jornal eletrônico e impresso com alunos do último ano do ensino médio. Depois de muito planejamento houve a primeira edição do jornal. A participação dos alunos ocorreu de maneira efetiva e harmoniosa. No decorrer do processo de criação eles compartilhavam fotografias de eventos cívicos da instituição, além de produzirem textos para o jornal, bem como realizavam entrevistas com os atores envolvidos nos eventos, e pediam aos alunos sugestões e avaliações para melhoria do espaço escolar.

Outro exemplo positivo[5] que podemos relatar desse processo deriva da intervenção de uma professora de ensino médio na criação de um grupo de estudos com alunos numa rede social. As aulas, que compõem um único horário de cinquenta minutos, começaram a tomar um outro sentido quando os alunos começaram a interagir no grupo criado pela professora no aplicativo Facebook, em que eram postados, com frequência, vídeos e matérias pertinentes a disciplina que estava sendo lecionada. Além dos alunos interagirem no grupo, as aulas ganhavam mais participação devido o interesse dos alunos em aprofundarem a discussão acerca dos vídeos e matérias jornalísticas que eram sugeridas pela professora, e assim aprendiam com recursos que utilizavam.

A EDUCOMUNICAÇÃO NA PRIVAÇÃO DA LIBERDADE

Segundo o artigo 124 do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), todo jovem autor de ato infracional, durante o período de internação, possui o direito de receber escolarização e profissionalização. Volp(2002) salienta que a medida de internação aplicada necessariamente assegure estímulos coercitivos, mas também educativos, isto é, o jovem acautelado tem sua liberdade restrita, porém, garantidos os direitos assegurados por leis; entre destes, o acesso à educação.

Neste sentido, procuramos pensar a contribuição da educação na formação escolar dos jovens acautelados como possibilidade de aperfeiçoamento do processo formal de ensino durante o acautelamento. Os registros da pesquisa de campo apontam que muitos dos sujeitos analisados encontram dificuldades e resistências em suas aprendizagens.

Assim, jovens em situação de conflito escolar não conseguem acompanhar o método adotado pelos professores no processo de ensino na sala de aula devido a incivilidade. Para Charlot (2002 p.437) “as incivildades por parte dos alunos são condutas adotadas por eles que opõem-se a regras de boa convivência”.

São muitos os fatores que originam essas incivildades. Preocupa-nos encontrar uma alternativa eficaz e criativa, e que seja capaz de possibilitar no aluno em cumprimento de medida socioeducativa a descoberta de um mundo novo, em que possa desenvolver suas potencialidades para o saber. Acredita-se com este estudo que através da educação os acautelados possam se tornar indivíduos conscientes do aspecto coletivo de suas vivências.

Para a educomunicação o termo citado “indivíduo coletivo” (SILVA; RIOS; 2015) mantém o pensamento que o indivíduo se desenvolve a partir de sua aproximação com a sociedade, em que o coletivo refere-se as relações humanas bem como as suas vivências diárias. É possível imaginar que o sujeito só se sente completo a partir do momento que possui o sentimento de pertencimento, a sua família, e a grupos sociais como igreja, escola e etc.

Desta forma, percebemos que é através da comunicação que as relações se difundem, seja pela escrita, pela fala, ou até mesmo por símbolos, pois em toda dimensão histórica primitiva o homem sempre buscou formas de se expressar através da comunicação – e devido a essa demanda é que os meios de comunicação estão em constante aperfeiçoamento.

RELAÇÕES INTERPESSOAIS

Numa das visitas ao Centro Socioeducativo objeto da presente pesquisa, registramos em nosso diário de campo um momento em que conseguimos conversar rapidamente com alguns jovens que se encontravam nas dependências da instituição. Muitos nem se quer nos olhavam, talvez envergonhados ou com algum tipo de receio. Poucos conversavam, apresentando traços de timidez.

Devido a esta realidade encontrada, começamos a pensar numa forma em que o conceito da educomunicação pudesse minimizar estas dificuldades na relação interpessoal dos jovens acautelados.

Para analisar estas relações é preciso conhecer a condição da juventude a partir de sua diversidade, tendo em vista que sua singularidade possui para nossa discussão uma elevada importância. “A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma”(DAYRELL, 2003, p. 42).

(Re)pensando estas relações entre os jovens, Dayrell (2007) decorre da sociabilidade destes jovens por meio da vivência de sua cultura juvenil. Podemos compreender que acontece a manifestação de sua cultura e a demarcação de seu lugar na sociedade por meio de seu posicionamento através de ínfimas manifestações culturais, utilizadas através das artes corporais e mecanismos de mídias. Para Dayrell (2007):

(...) Na trajetória de vida desses jovens, a dimensão simbólica e expressiva tem sido cada vez mais utilizada como forma de comunicação e de um posicionamento diante de si mesmos e da sociedade. A música, a dança, o vídeo, o corpo e seu visual, dentre outras formas de expressão, têm sido os mediadores que articulam jovens que se agregam para trocar idéias, para ouvir um “som”, dançar, dentre outras diferentes formas de lazer. Mas, também, tem se ampliado o número daqueles que se colocam como produtores culturais e não apenas fruidores, agrupando-se para produzir músicas, vídeos, danças, ou mesmo programas em rádios comunitárias. (DAYRELL, 2007, p.1109).

Nesse sentido, através das discussões acerca do conceito da educomunicação, propomos a realização de oficinas de autoimagem por meio da utilização de máquina fotográfica com o objetivo de desinibi-los, ensinando-os a capturar imagens, possibilitando a eles experiências acerca do mundo das artes visuais. Nesse sentido, Borges, Aranha e Sabino (2010) salientam que:

(...) a fotografia integrou-se definitivamente em várias áreas das atividades humanas, proporcionando processos criativos na busca de novos patamares do conhecimento, em todas suas formas e níveis. Ao fornecer um sem número de possibilidades plásticas e/ou gráficas, a fotografia provoca dúvidas, gera questionamentos e sugere soluções na busca de resultados, tanto para artistas quanto para cientistas, e também ao homem comum, em sua contemplação desinteressada (ou não) do mundo que o cerca (BORGES; ARANHA; SABINO, 2010, p. 152).

A utilização deste recurso enquanto método de ensino pode ser inserido em disciplinas de áreas da arte-educação, tendo em vista que não se deve perder de vista o desenvolvimento do senso crítico e coletivo do jovem acautelado.

Por meio da organização de oficinas com esta temática, a ser planejada pelos educadores da referida instituição, acreditamos que pode ser explorado o referencial teórico-metodológico acerca da História da Fotografia, bem como a sua produção enquanto Arte Visual e a leitura de imagens fotográficas, que caracterizam a subjetividade e a particularidade de cada ser humano, evidenciando entre os jovens acautelados as mais diversas leituras de mundo.

As experiências vivenciadas por educadores nas escolas que mencionamos acima podem contribuir para a prática desta ação na escola do Centro Socioeducativo por meio da intervenção destes educadores com os alunos da referida instituição. São ínfimas as possibilidades de se trabalhar com estes recursos na prática pedagógica no sistema de ensino, desta forma Rios e Silva (2015) defendem que:

(...) uma alternativa interessante é o jornal impresso, que pode ser feito pelos alunos e entregue para a comunidade escolar em mãos, esse mesmo jornal, pode também ser produzido digitalmente e divulgado através de blog, site ou em um grupo no facebook. Outra opção interessante é o rádio que tem trazido bons resultados e pode ser implantado sem muitas dificuldades devido a algumas iniciativas do governo. (RIOS; SILVA; 2015, p.8).

As referidas práticas educacionais no processo de ensino aprendizagem podem proporcionar ao jovem em privação de liberdade estímulo ao desenvolvimento de sua capacidade cognitiva e de seu pensamento articulado, favorecendo o exercício da oralidade.

Para Mario Kaplún (2014, p. 183) “todo processo de ensino/aprendizagem deve dar lugar a manifestação pessoal dos sujeitos educandos, desenvolver sua competência linguística, propiciar o exercício social”

Após estas reflexões, temos clareza da importância utilização de meios de mídia no método pedagógico de ensino dos jovens acautelados. É possível pensar que através dessas práticas ocorra o desenvolvimento da potencialidade dos jovens por meio de sua desenvoltura com o uso dos meios de mídia como alternativa de se expressarem melhor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste estudo procuramos destacar o significado e a importância do conceito da educação no desenvolvimento de habilidades e potencialidades dos jovens. Procuramos analisar a possibilidade da aplicação deste conceito entre jovens na condição de privação de liberdade, através de práticas pedagógicas conforme a realidade encontrada no Centro Socioeducativo existente em Governador Valadares.

Conseguimos apontar casos de sucessos com a utilização dessas práticas, ainda que de maneira tímida e amadora, por meio de experiências vivenciadas por algumas escolas da cidade. Analisamos também a preocupação de grandes filósofos da educação como Paulo Freire acerca do relacionamento da escola com os meios de comunicação.

Como intervenção socioeducativa propomos a realização de oficinas de autoimagem como fotografias, elaboração de jornal ou revista eletrônica, filmagens, composição musical, já que muitos são aficionados pelo *funk erap*, o que pode ser favorecido pela organização de apresentações musicais, criadas por eles mesmos, como alternativa para desinibi-los e potencializar a apropriação de sua identidade cultural a partir de suas relações interpessoais, com foco nas vivências com seus pares e com todos os atores sociais envolvidos em seus processos de ressocialização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Marília Dammski; ARANHA, José Marcelo; SABINO, José. **A fotografia de natureza como instrumento para educação ambiental**. Ciência & Educação, v. 16, n. 1, p. 149-161, 2010.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da criança e do adolescente**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2000

CERQUEIRA, Daniel. **Atlas da Violência 2017**, Rio de Janeiro. IPEA e FBSP, Brasil 2017.

CHARLOT, B. **A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão**. Sociologias, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 432-443, jul/dez 2002.

DAYRELL, Juarez. **O jovem como sujeito social**. In: Revista Brasileira de Educação, Associação Nacional dos Pesquisadores em Educação, n. 24, p. 40 – 52, set/ out/ nov/ dez/ 2003.

DAYRELL, Juarez. **A escola faz as juventudes Reflexões em torno da socialização juvenil**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 28, p. 1105-1128, 2007.

FÍGARO, Roseli Aparecida. Estudos de recepção para a crítica da comunicação. **Comunicação e Educação**, São Paulo, v. 17, p.37-42, abr. 2000. Semestral. Disponível em: . Acesso em: 26 jul. 2017.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Sobre Educação: Diálogos**. v.2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GOVERNADOR VALADARES. **Plano Decenal de Atendimento às Medidas Socioeducativas de Governador Valadares**. Secretaria Municipal de Assistência Social. Prefeitura Municipal de Governador Valadares. 2016.

KÁPLUN, Mario. **A laeducación por lacomunicación. La práctica de lacomunicación educativa** - UNESCO/OREALC, Chile, 1992. 234 p.

LIMA, Solange Martins Couceiro de. Comunicação e Educação: um olhar para a diversidade. **Comunicação e Educação**, São Paulo, v. 12, n. 1, p.7-13, abr. 2007. Semestral. Disponível em: . Acesso em: 26 jul. 2017

NONATO, E. M. N. **JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E DIREITO: ação de intervenção em um centro socioeducativo**. Projeto de Pesquisa e Extensão. Universidade Vale do Rio Doce. 2014.

RIOS, Mara Dutra Ramos; SILVA, Souza Diva; **As contribuições da educomunicação na formação do indivíduo coletivo**. Educação e Docência, v. 13, n.2, p. 123-140, 2015.

SOARES, Ismar de Oliveira. **A Educomunicação na América Latina: apontamentos para uma história em construção**. In: Roberto Aparici. (Org.). Educomunicação para além do 2.0. 1 ed. São Paulo: Paulinas, 2014, v. 1, pp. 7-27

VOLPI, Mario. **Sem liberdade, sem direitos: a experiência de privação de liberdade na percepção dos adolescentes em conflito com a lei**. São Paulo: Cortez, 2001

VOLP, Mario. **O adolescente e o ato infracional**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

[1]As observações apresentadas neste trabalho decorrem de registros em diários de campo quando da realização de reuniões com equipe gestora do campo de pesquisa, com o intuito de planejar as oficinas socioeducativas que compõem a parte extensionista com os sujeitos da pesquisa.

[2] Neste trabalho, utilizaremos as categorias “jovens” e “juventudes”, conforme preleciona Dayrell (2003), por entender que tais juventudes, ainda que todas acauteladas, são diversas e possuem distintas multiterritorialidades (NOVAES, 2016).

[3]O termo WEB 2.0 começou a ser popularizado a partir do ano de 2004 por uma empresa americana que conceituou este termo como a segunda geração da plataforma da internet, que em sua atualização e modernização envolve o uso de aplicativos, redes sociais, blogs e demais tecnologias da informação utilizados pelos indivíduos da sociedade

[4]Informação registrada em diário de bordo ao se realizar visitas na Escola Estadual Israel Pinheiro, em Governador

Valadares, sob a direção da co-autora Ana Cristina Marques Lemos, com o propósito de se refletir sobre a necessidade de intervenção precoce, evitando-se que jovens que vivenciam conflitos escolares possam se envolver com a prática de atos infracionais, uma vez que muitos destes estão envolvidos à conflitos, de diversas ordens, que ocorrem para além do ambiente escolar.

[5] Registro de vivência e aprendizagem no processo educativo formal do co-autor Gilson Arão.